

Governo tenta garantir quórum na última semana do Legislativo

Sebastião Pedra

Temendo corte do ponto e interessados na liberação de recursos do Orçamento, deputados devem comparecer à Câmara

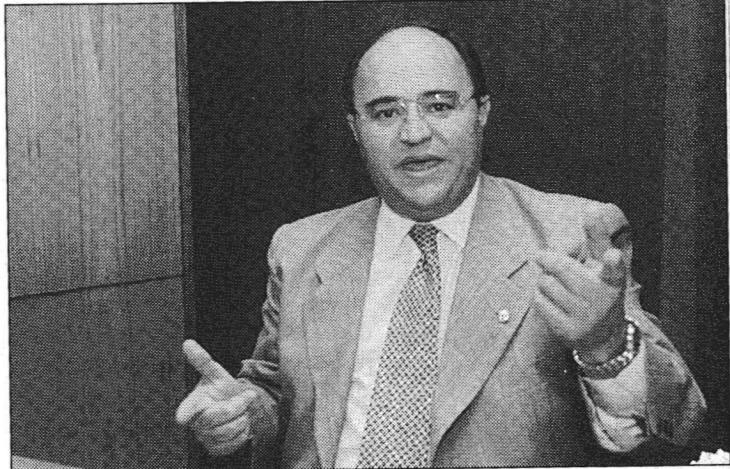
D iante da ameaça de ter o ponto cortado, os deputados devem comparecer ao trabalho na última semana do ano legislativo. Quem faltar na terça e quarta-feira - dias de votação - deixará de receber R\$ 1.428,00. O salário dos deputados é de R\$ 8 mil. Desse total, R\$ 5 mil são divididos pelo número de sessões do mês. Como em dezembro a Câmara terá apenas sete sessões, um dia de serviço enforcado representa muito no contracheque. "O quórum será alto não pelo motivo do bolso, mas porque os deputados estarão em Brasília para acompanhar a liberação de recursos do Orçamento", disse o deputado Antônio Feijão (PSDB/AP).

Para tentar garantir o quórum, o Governo também prometeu liberar o dinheiro de parte das emendas dos parlamentares ao Orçamento de 1999. As

emendas totalizam cerca de R\$ 4,5 bilhões - R\$ 500 milhões já foram liberados, mas os parlamentares ainda não viram a cor do dinheiro. "Está todo mundo na fila com a cuia na mão", contou o deputado João Caldas (PFL-AL), "líder" do baixo clero - turma dos parlamentares sem muita expressão nacional.

Na semana passada, o baixo clero iniciou uma "rebelião" na Casa para pressionar o Governo a abrir o cofre. Descontentes, muitos deputados resolveram antecipar o recesso e o Governo não conseguiu quórum seguro (480 deputados) para votar o projeto que cria a Desvinculação de Receita da União (DRU) - substituto do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Para aprovar um projeto como esse, que altera a constituição, são necessários os votos de 308 dos 513 parlamentares. Os líderes governistas preferiram não arriscar.

"Se a gente não leva recursos fica mal nas bases", disse o deputado Domiciano Cabral (PMDB-PB). "Se nosso apoio ao Governo é permanente, a contrapartida deveria ser a mesma". Mesmo diante de um plenário insatisfeito, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), vai tentar mais uma vez votar a criação do sucedâneo do FEF antes



Caldas: "Ninguém foi eleito para ser robô e apertar botão"

do recesso legislativo, que começa na quinta-feira.

O projeto da Desvinculação de Receita da União é prioridade para o Governo e precisa ser votado o mais rápido possível para fechar o Orçamento de 2000. Os líderes governistas acham difícil. Nesta matéria, eles também não contam com a unanimidade da base governista. "Não estou disposto a votar com o Governo", disse o deputado tucano Antônio Feijão, do grupo dos revoltados.

A revolta é tanta que o porta-voz do baixo clero, deputado João Caldas, já fala em mobilização pela independência. "Nin-

guém aqui foi eleito para ser robô e apertar botão", criticou João Caldas. "A maioria não precisa se curvar à minoria que manda na Casa". O deputado avisa que muitos parlamentares vão aparecer na Câmara nesta semana "até para comprovar se o Governo cumpriu a promessa de liberar recursos". Se houver quórum alto e clima favorável, o presidente da Câmara pode convocar também uma sessão extraordinária na terça-feira para votar o texto-base da reforma do Judiciário.

TACIANA COLLET

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA